



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP ENG THIAGO FREIXAS DE ALCANTARA**

**GUERRAS PELA LIBERDADE DO BRASIL: DESMISTIFICANDO O  
PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA SEM LUTA ARMADA**

**Rio de Janeiro  
2019**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP ENG THIAGO FREIXAS DE ALCANTARA**

**GUERRAS PELA LIBERDADE DO BRASIL:  
DESMISTIFICANDO O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA SEM  
LUTA ARMADA**

**Rio de Janeiro  
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEX - DESMIL  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**ASSESSORIA DE PESQUISA E DOCTRINA / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **Cap Eng THIAGO FREIXAS DE ALCANTARA**

Título: **GUERRAS PELA LIBERDADE DO BRASIL: DESMISTIFICANDO O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA SEM LUTA ARMADA**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em História Militar, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ CONCEITO: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

<b>Membro</b>	<b>Menção Atribuída</b>
<b>LUIS AUGUSTO LOPES JUNIOR - Cap</b> Presidente da Comissão	
<b>ELVIS BARBOSA DE LIMA - Cap</b> 1º Membro	
<b>FRANCISCO HAMILTON DE SOUSA JUNIOR - Cap</b> 2º Membro e Orientador	

**THIAGO FREIXAS DE ALCANTARA – Cap**  
Aluno

## **GUERRAS PELA LIBERDADE DO BRASIL: DESMISTIFICANDO O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA SEM LUTA ARMADA**

Thiago Freixas de Alcantara<sup>1</sup>  
Francisco Hamilton de Sousa Júnior<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo explorar as guerras oriundas do processo de Independência do Brasil, em 1822, pois há um grande consenso na historiografia brasileira de que este processo se deu de forma fácil, simples, sem guerras, praticamente um acordo entre Brasil e Portugal, entre pai e filho (D. João VI e D. Pedro I). Diante disso, por outro lado, há também uma corrente que considera um mito o fato do Brasil ter se tornado independente sem luta armada. Dessa forma, através do estudo de uma bibliografia histórica, buscou-se descrever as guerras e batalhas que aconteceram, no período, nas províncias consideradas rebeldes por Portugal (Bahia, Piauí, Pará, Maranhão e cisplatina), um pouco de suas características, tais como a contratação de mercenários, os custos e as consequências das guerras. Sendo assim, foi possível chegar à conclusão, corroborando com a tese de alguns autores e historiadores, de que, certamente, o processo de Independência do Brasil sem luta armada é um mito.

**Palavras-chave:** Independência do Brasil. Guerras de Independência.

### **ABSTRACT**

This work aimed to explore the wars arising from the process of independence of Brazil in 1822, because there is a great consensus in Brazilian historiography that this process took place easily, simply, without wars, practically an agreement between Brazil and Portugal, between father and son (D. João VI and D. Pedro I). Given this, on the other hand, there is also a current that considers a myth that Brazil has become independent without armed struggle. Thus, through the study of a historical bibliography, we sought to describe the wars and battles that took place in the period, in the provinces considered rebel by Portugal (Bahia, Piauí, Pará, Maranhão and cisplatina), some of their characteristics, such as hiring mercenaries, corroborating the thesis of some authors as historians, that, certainly, the process of Independence of Brazil without armed struggle is a myth.

**Keywords:** Independence of Brazil. Wars of Independence.

---

<sup>1</sup> Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2009.

<sup>2</sup> Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2008. Pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) 2017.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
1.1	PROBLEMA.....	7
1.2	OBJETIVOS.....	9
1.3	JUSTIFICATIVAS.....	9
2	<b>METODOLOGIA</b> .....	9
2.1	REVISÃO DA LITERATURA.....	10
3	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	10
3.1	GUERRA NA BAHIA.....	11
3.2	GUERRA NO PIAUÍ.....	14
3.3	GUERRA NO MARANHÃO.....	15
3.4	GUERRA NO PARÁ.....	16
3.5	GUERRA NA CISPLATINA.....	17
3.6	AS CONSEQUÊNCIAS DAS GUERRAS.....	18
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAS</b> .....	20

## 1. INTRODUÇÃO

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, devido à expansão das tropas do imperador francês Napoleão Bonaparte, no continente europeu, toda a estrutura administrativa e burocrática da metrópole foi transferida para o Brasil. Uma das primeiras medidas adotada por D. João VI, rei de Portugal, ao chegar ao Brasil, foi a abertura dos portos às nações amigas, que tinha como objetivo principal manter as relações comerciais com a Inglaterra, uma vez que Napoleão havia determinado o bloqueio continental (medida na qual proibia a comercialização com a Inglaterra). Logo, o monopólio que havia entre a metrópole e a colônia se encerra e passa a haver comercialização diretamente da colônia com os ingleses. Essa “autonomia” comercial e administrativa viria a se tornar um grande problema para Portugal, pois após a guerra, com a derrota de Napoleão, não havia mais a necessidade da corte, bem como toda a estrutura que havia sido trazida da metrópole, permanecer no Brasil.

Finda a guerra, D. João passa a sofrer uma grande pressão para retornar a Portugal, mas permanece no Brasil elevando-o a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Tal medida possibilita D. João governar Portugal mesmo estando no Brasil que, conseqüentemente, deixa de ser uma colônia. A solução adotada não agrada os portugueses (tanto em Portugal como no Brasil) e, em 1820, estoura em Portugal a Revolução Liberal do Porto, cuja principal reivindicação, dentre outras não menos importantes, é o retorno de D. João a Portugal. Este não resiste à pressão e retorna a Portugal, deixando seu filho, D. Pedro, como Príncipe Regente. Os portugueses não se contentam apenas com o retorno de D. João e passam a reivindicar que o Brasil deveria retornar ao status de colônia e o príncipe regente também deveria retornar. Nesse clima de tensão surge, na colônia, uma polarização entre os portugueses (que moravam na colônia e exportavam para Portugal), que eram favoráveis ao retorno de D. Pedro a Portugal e queriam manter o monopólio português em relação ao Brasil e outra parcela composta por brasileiros e também portugueses que queriam a permanência de D. Pedro no Brasil, com o objetivo de manter o Brasil na condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Ou seja, os portugueses pretendiam que o Brasil retornasse à

situação de colônia, para manter o monopólio de Portugal em relação ao Brasil, e o outro grupo formado por “brasileiros” (brasileiros e portugueses) defendia a permanência de D. Pedro para que o Brasil mantivesse sua “autonomia” garantida em relação a Portugal. Muito pressionado, no dia 9 de janeiro de 1822, D. Pedro, desobedece as ordens da Corte e decide permanecer no Brasil, data conhecida como o “Dia do Fico”.

Com a permanência de D. Pedro no Brasil acirram-se cada vez mais as tensões entre portugueses e brasileiros. Diante da possibilidade de intervenção de Portugal, D. Pedro contrata oficiais estrangeiros (mercenários), tais como o francês Pedro Labatut e o Lord Cochrane, para organizar as incipientes forças terrestres e navais “brasileiras” com o intuito de se preparar para uma iminente retaliação. Meses depois, durante uma viagem de D. Pedro, a princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro e futura imperatriz, e José Bonifácio, futuro patriarca da independência, chegam à conclusão de que a situação em relação a Portugal era insustentável e que D. Pedro deveria declarar a independência. Segundo Laurentino Gomes (2010, p. 35):

“A correspondência entregue pelos dois mensageiros a D. Pedro na colina do Ipiranga refletia esse momento máximo de confronto entre Brasil e Portugal. Uma carta da princesa Leopoldina recomendava ao marido prudência e que ouvisse com atenção aos conselhos de José Bonifácio. A mensagem do ministro dizia que informações vindas de Lisboa davam conta do embarque de 7.100 soldados que somados aos seiscentos que já tinham chegado à Bahia, tentariam atracar no Rio de Janeiro e esmagar os partidários da Independência. Diante disso, Bonifácio afirmava que só haveria dois caminhos para D. Pedro. O primeiro seria partir imediatamente para Portugal e lá ficar prisioneiro das Cortes, condição na qual se encontrava seu pai, D. João. O segundo era ficar e proclamar a Independência do Brasil, fazendo-se seu imperador ou rei.”

Ao receber, no dia 7 de setembro de 1822, as cartas de D. Leopoldina e José Bonifácio, em São Paulo, às margens do Rio Ipiranga, D. Pedro com o famigerado “grito do Ipiranga” declara a Independência do Brasil. Essa declaração era apenas o início do processo de independência do Brasil que passaria por guerras em diversas regiões do Brasil e que levaria quase cinco anos para se consolidar.

## **1.1 PROBLEMA**

Segundo Boris Fausto (2006, p.146):

“É lugar-comum na historiografia brasileira contrastar a relativa facilidade da consolidação da Independência do Brasil com o complicado processo de emancipação da América espanhola [...] Não faltam objeções à tese segundo a qual a consolidação da Independência foi fácil. Seus críticos salientam que a Independência sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro resultou de uma luta e não de um consenso geral.”

Sobre a mesma temática salienta Laurentino Gomes (2010, p.163)

“Um mito recorrente sobre a independência do Brasil diz respeito ao caráter pacífico da ruptura com Portugal. Por essa visão, tudo teria se resumido a uma negociação entre D. João VI e seu filho D. Pedro com algumas escaramuças isoladas e praticamente sem vítimas. É um erro. A guerra da Independência foi longa e desgastante. Durou 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro do ano seguinte. Nesse período, milhares de pessoas perderam a vida em roças, morros, mares e rios em que se travou o conflito. O número de combatentes foi maior do que o das guerras de libertação da América espanhola na mesma época. Só na Bahia mais de 16.000 brasileiros e aproximadamente 5.000 portugueses trocaram tiros durante um ano e quatro meses.”

Na mesma linha José Honório Rodrigues (1975), no prefácio de sua obra *Independência: Revolução e Contra-Revolução – As forças Armadas*, diz o seguinte:

“Este volume sustenta a tese de que a Independência não foi um desquite, uma separação amigável, como afirmou Oliveira Lima, no seu *O Movimento da Independência*. Foi uma guerra, quer pela mobilização de forças no Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Cisplatina, quer pelos combates na Bahia, no Piauí, no Maranhão e no Pará. Nem a guerra foi somente na Bahia, nem a guerra na Bahia foi baiana, porque nela combateram oficiais e soldados fluminenses, pernambucanos, paraibanos, sergipanos, alagoanos e mineiros. É, simples, assim, reafirmar que sem as forças armadas não seria possível conseguir a independência [...]”

Logo, é possível verificar, conforme abordaram Boris Fausto, Laurentino Gomes e José Honório Rodrigues, que há um consenso na historiografia de que o processo de Independência no Brasil teria sido fácil, teria tido um caráter pacífico, sem grandes problemas e conflitos para o novo Brasil independente, mas que para os mesmos houve uma guerra de independência. Portanto, o que se pretende verificar neste trabalho é: o processo de independência do Brasil foi tão simples como normalmente é abordado na historiografia? Ou desenvolveu-se através de guerras, que tiveram desdobramentos e consequências que demonstram as dificuldades encontradas para a consolidação do processo de Independência? Ou seja, o processo de



Independência do Brasil teria sido pacífico, simples ou tal visão seria um mito presente na historiografia?

## **1.2 OBJETIVOS**

A fim de desmistificar o processo de independência sem luta armada, serão analisadas as guerras que porventura tenham sido oriundas deste processo e, conseqüentemente, verificar a relevância das mesmas dentro do contexto da Independência e suas conseqüências.

Para o melhor entendimento do objetivo geral deste trabalho foram formulados objetivos específicos que permitirão uma reflexão a respeito das guerras e do contexto da independência:

- a) Descrever a guerra na Bahia;
- b) Descrever a guerra no Piauí;
- c) Descrever a guerra no Maranhão;
- d) Descrever a guerra no Pará;
- e) Descrever a guerra na Cisplatina; e
- f) Abordar as conseqüências das guerras de independência.

## **1.3 JUSTIFICATIVAS**

A justificativa para este estudo é a tentativa de desmistificar a Independência do Brasil como um processo amigável e pacífico, entre Portugal e Brasil, através da abordagem sobre a participação das tropas genuinamente brasileiras que se formavam no novo Brasil independente contra as tropas portuguesas a serviço de Portugal. Tal justificativa baseia-se na irrelevância com que a historiografia normalmente aborda os conflitos durante o processo de consolidação da Independência.

## **2. METODOLOGIA**

Para colher e reunir materiais que permitissem um estudo sobre as guerras de independência foi realizada uma pesquisa bibliográfica histórica que possibilitou analisar os fatos históricos através de fontes e documentos, que permitirão chegar a uma conclusão a respeito da proposta do problema em questão.

Após a revisão da literatura, através das abordagens sobre o mito da independência sem luta armada, os conflitos e suas consequências, será feita uma conclusão a respeito do problema supracitado relativo ao processo de Independência do Brasil.

## 2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o delineamento deste trabalho com as ideias presentes nas obras de Laurentino Gomes (2010) e Boris Fausto (2006), a respeito do caráter pacífico normalmente atribuído, na historiografia, ao processo de Independência do Brasil, a fim de atender ao problema desta pesquisa, baseada numa revisão de literatura que aborda o período do ano de 1822, anterior à proclamação da independência, até o fim das guerras no final do ano de 1823.

A delimitação do período visa abordar os conflitos na Bahia, no Maranhão, no Piauí, no Pará e na Província Cisplatina, procurando demonstrar a participação das Forças Armadas, que se tornavam genuinamente brasileiras neste momento, abordando as dificuldades dos conflitos, os números, bem como as mortes resultantes destas guerras visando corroborar, ou não, com a tese de que o processo de independência pacífico seria um mito. Para isso foram utilizados como bibliografia os livros: *Independência: Revolução e Contra Revolução* (1975), de José Honório Rodrigues, *A independência do Brasil na Bahia* (1977), de Luís Henrique Dias Tavares, *Os mercenários do Imperador*, de Juvêncio Saldanha Lemos, entre outros. Outras fontes também foram consultadas na medida em que a pesquisa foi sendo realizada.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o retorno de D. João VI a Portugal, as tensões entre portugueses e brasileiros foram aumentando, pois havia a intenção por parte de Portugal em tornar o Brasil novamente uma colônia, conforme observa Rodrigues (1975, p. 20):

“O ódio contra os europeus cresceu depois dos acontecimentos da Bahia, e raro são os dias em que algum português não seja assassinado e sua casa roubada. Não escapam mesmo os brasileiros suspeitos de alguma adesão aos portugueses.”

### 3.1 A GUERRA NA BAHIA

Este estudo sobre as guerras da independência foi iniciado com o objetivo de desmistificar o processo de independência sem luta armada, com a guerra na Bahia, guerra esta de maior duração no período (de 28 de junho de 1822 a 2 de julho de 1823, segundo Rodrigues e Laurentino Gomes a guerra teve início em 19 de fevereiro de 1822) e sendo a Bahia a principal província, do ponto de vista português, para impossibilitar a independência do Brasil e influenciar as demais províncias do nordeste brasileiro. Foi tão importante esta guerra que, atualmente, no Estado da Bahia, comemora-se o Dois de Julho, feriado estadual, onde se celebra a data da expulsão das tropas portuguesas, em 1823. Diferentemente de outros estados onde tal fato, normalmente, não tem a devida relevância e, como mencionado, anteriormente, é muito pouco abordado na historiografia.

Segundo Laurentino Gomes (2010, p. 196) “a guerra contra os portugueses na Bahia durou um ano e cinco meses, mobilizou mais de 16.000 pessoas só do lado brasileiro e custou centenas de vidas.”

O estopim da guerra na Bahia ocorreu em 19 de fevereiro de 1822, na região de Campo Grande, devido a uma rebelião de brasileiros provocada pela substituição do brigadeiro brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, então governador das armas da província, pelo general português Ignácio Luís Madeira de Melo, fiel a coroa portuguesa.

“Assim que se divulgou esta notícia, houve na cidade uma grande irritabilidade e agitação. Via-se nessa nomeação, em toda a sua extensão, o plano das Cortes de recolonizar o Brasil, pelo expediente de só confiar o comando das armas a militares portugueses, com absoluta exclusão dos brasileiros.” (Rodrigues, 1975, p. 198)

Madeira de Melo, em correspondência a D. João VI, diz: “Se Vossa Majestade quer conservar esta parte da monarquia, precisa-se de mais tropa” [...] “O Brasil, depois de haver se sublevado e proclamado a sua independência, já não pode ser restituído ao seu antigo estado senão por meio de guerra.” (Gomes, 2010, p. 198). Após exigir a rendição dos revoltosos, Madeira de Melo ordenou a invasão do quartel onde se encontravam os revoltosos e sufocou a rebelião, de forma cruel, pois em quatro dias foram mortas, aproximadamente, de 200 a 300 pessoas. Dentre os mortos estavam a

freira Joana Angélica de Jesus, de sessenta anos, morta a golpes de baioneta e o capelão Daniel da Silva Lisboa, morto a coronhadas, que se tornaram os primeiros mártires da Independência. Os sobreviventes fugiram e refugiaram-se no Recôncavo, dando início a resistência contra os portugueses, aderindo à Independência do Brasil. Sabendo do ocorrido, alguns meses depois, D. Pedro enviou uma ordem para que Madeira de Melo embarcasse para Portugal, mas este, não reconhecendo as ordens de D. Pedro, e sim de Lisboa, permaneceu na Bahia e solicitou reforços a Portugal.

“Foi na vila de Cachoeira que primeiro se deu impulso à causa da Independência, aclamando-se, no dia 25 de junho, D. Pedro como Regente do Brasil, e decidindo-se não mais obedecer à Junta dominada por Madeira.” (Rodrigues, 1975, p. 203)

Para combater os portugueses entra em cena um dos principais mercenários contratados por D. Pedro, o general francês Pedro Labatut que, no dia 17 de julho de 1822, parte para Bahia. Por não conseguir adentrar em Salvador, devido à proteção realizada pelos navios lusitanos, Labatut desembarca em Maceió em 21 de agosto, vai até Recife onde recebe reforços, parte para Alagoas e de lá reúne e organiza as incipientes tropas brasileiras para o combate em Salvador. Em 29 de outubro, Labatut dá um ultimato a Madeira de Melo: “General, (...) um tiro de vossa tropa contra qualquer brasileiro será o sinal de nossa eterna divisão, (...) de nunca mais o Brasil se unir a Portugal. (...) Respondei-me (...), ou me espere, para combater-vos.” (Gomes, 2010, p. 202). E Madeira de Melo respondeu: “General, o canhão e a baioneta vão decidir a sorte dos tiranos do Brasil, dos cruéis opressores da excelsa capital dos honrados baianos”. (Gomes, 2010, p. 202). Após meses no comando das tropas brasileiras, reunindo expedições, solicitando reforços de outras províncias, tais como Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe, Labatut, devido a intrigas e desconforto causados pelo fato de um oficial estrangeiro estar no comando da missão, seria substituído ao final da guerra por José Joaquim de Lima e Silva, tio de Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, que também participava da guerra como o então tenente ajudante de ordens no Batalhão do Imperador.

A maior batalha travada na Bahia foi a Batalha de Pirajá, ainda sob o comando de Labatut, ocorrida no dia 8 de novembro de 1822, conflito este que,

segundo Laurentino Gomes (2010, p. 204), durou dez horas e envolveu, aproximadamente 10.000 homens, entre brasileiros e portugueses, sendo a vitória brasileira. Há, inclusive, um mito de que a vitória só foi possível graças a um equívoco do corneteiro Luis Lopes, que ao invés de dar o toque de retirar, tocou avançar, de forma a surpreender os portugueses e vencer a batalha. Esse efetivo, na época, era um número expressivo, o que evidencia um grande conflito que não pode ser esquecido ou relativizado.

A guerra continuou nos meses seguintes e Labatut novamente escreveu a Madeira:

“Eu vos intimo, que tenciono entrar à viva força na cidade, que ocupais, para o que tomei as medidas necessárias e hei de cumprilas [...] independência ou morte é a nossa divisa. Embarcar ou morrer é a vossa... Quem combate pelo Brasil não morre, porque combate pela causa da justiça, da razão e da liberdade.” (Rodrigues, 1975, p. 216)

Em fevereiro chega o reforço do Batalhão do Imperador, com aproximadamente 800 homens, comandado pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio do futuro Duque de Caxias, conforme citado anteriormente. Segundo Rodrigues (1975, p. 217) “era um batalhão especial, que fora escolhido homem a homem, pelo próprio imperador, um corpo de elite, cujo papel doravante será decisivo no destino da luta”.

Em abril de 1823 entra em combate outro mercenário muito importante nas guerras de independência, o Lord Cochrane, inglês e possuidor de vasta experiência em guerras navais, e no dia 25 do mesmo mês dá-se o primeiro combate com a esquadra brasileira.

Já nesse momento da guerra (Rodrigues, 1975, p. 217):

“As tropas brasileiras compunham-se agora de 13.500 homens segundo o cálculo de Varnhagen; descontando-se 1.000 de empregados (logística) e 1.300 nos hospitais, ficavam na luta 11.300 homens [...] sem contar a esquadra de Cochrane que já sabemos se compunha de 9 navios com mais de 2.000 praças, o que elevava a força a mais de 14.000 homens.” [...] Segundo cálculo de Lima e Silva, já comandante de nossas forças, na proclamação de 28 de maio, o Exército Português era de 12.000 homens.”

Em junho de 1823, já com Lima e Silva no comando das tropas terrestres, os portugueses são sitiados e Madeira de Melo não vê alternativa a não ser a retirada para Lisboa. Pelo mar, Cochrane atacava a esquadra portuguesa já

dentro da própria Bahia. Finalmente, na madrugada de dois de julho, Madeira de Melo realiza seu embarque e foge, sendo capturado mais tarde. Em 3 de julho, Lima e Silva faz o comunicado: “Agora exultando de júbilo com V. Exas., [...] que o Exército Pacificador do meu comando ocupou ontem, à uma hora da tarde, a cidade capital, onde estabeleci logo o quartel-general.”(Rodrigues, 1975, p. 224).

Uma figura importante da guerra na Bahia foi Maria Quitéria de Jesus, a mais famosa heroína participante das guerras de independência do Brasil, sendo, atualmente, considerada Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Sua história ficou famosa, pois fingindo ser um homem, devido a proibição de mulheres nas tropas, Maria Quitéria pegou em armas e contribuiu na luta contra os portugueses. Segundo Laurentino Gomes (2010, p. 204):

“Maria Quitéria participou de pelo menos três combates e em todos se destacou pela bravura. Antes de ser destituído do comando, o general Labatut lhe conferiu o posto de primeiro-cadete. Seu substituto, o coronel Lima e Silva prestou-lhe uma homenagem em público descrevendo suas façanhas. [...] A suprema glória, no entanto, viria no dia 20 de agosto, quando Maria Quitéria foi recebida no Rio de Janeiro pelo imperador Pedro I e condecorada com a Ordem do Cruzeiro.” (Gomes, 2010, p. 204).

### 3.2 A GUERRA NO PIAUÍ

A província do Piauí, assim como Bahia, Maranhão e Pará, foi uma das que não aderiu à independência e ficou ao lado dos portugueses. Uma das piores batalhas da independência, talvez a mais sangrenta, foi a batalha de Jenipapo, ocorrida no interior do Piauí, às margens do rio Jenipapo, no dia 13 de março de 1823, que teve uma duração de aproximadamente 5 horas. Segundo Laurentino Gomes (2010, p. 187) “O resultado foi uma carnificina: cerca de duzentos brasileiros mortos e mais de quinhentos prisioneiros. As perdas representaram um terço do improvisado exército brasileiro [...]. Os portugueses tiveram apenas 16 baixas.”

O Major português João José da Cunha Fidié, que era um veterano de guerra testado nas guerras napoleônicas, foi nomeado governador das armas do Piauí em agosto de 1822, com a missão de tentar impedir o avanço da emancipação brasileira no nordeste.

Em 19 de outubro, na Parnaíba, litoral do Piauí, a câmara havia proclamado sua adesão à independência, num movimento cujos líderes eram o juiz de fora João Cândido de Deus e Silva e o coronel Simplício Dias. Fidié, com uma tropa de 1.110 homens, partiu de Oeiras para Parnaíba a fim de impedir mais um foco da independência brasileira. Ao chegar a Parnaíba, no dia 18 de dezembro, percebeu que os revoltosos não se encontravam mais e foi informado de que teriam ido para Oeiras. Decidiu retornar e, no dia 23 de fevereiro de 1823, foi para Oeiras ao encontro dos revoltosos, quando no meio do caminho, na região de Campo Maior, foi surpreendido pelos mesmos. Havia, aproximadamente, 2.000 homens aguardando os portugueses, totalmente despreparados, sem treinamento militar, armados, em sua grande maioria, com foices, facões, etc, porém com arrojo e com grande sentimento patriótico. Fidié, um veterano das guerras napoleônicas, conforme citado anteriormente, com sua tropa relativamente melhor adestrada e armada, inclusive com artilharia, massacrou os revoltosos brasileiros que haviam aderido à independência. Essa batalha, próxima ao rio Jenipapo, ocorrida no dia 13 de março, ficou conhecida como a batalha de Jenipapo, onde brasileiros lutaram contra brasileiros, pois as tropas de Fidié eram compostas apenas por brasileiros, inclusive, piauienses. Apesar do massacre, Fidié esgotou seus recursos, insumos e ficou com sua logística prejudicada, preferindo deixar o Piauí e evadir-se para o Maranhão. O Piauí estava livre das tropas portuguesas.

### 3.3 A GUERRA NO MARANHÃO

A guerra contra Fidié continuara na província do Maranhão, que também não havia aderido à causa brasileira. Com receio do progresso das tropas do Piauí e do espírito da independência que varria o nordeste, uma das primeiras medidas adotadas no Maranhão foi expulsar da província os brasileiros favoráveis à independência.

Ocupando a vila de Caxias, onde fazia a sua resistência, desde 16 de abril, Fidié se organizava e aguardava as tropas que se deslocavam do Piauí, formadas por cearenses e piauienses, com efetivo de aproximadamente 8.000 a 10.000 homens, comandadas por José Pereira Filgueiras. Ao entrar no Maranhão (Rodrigues, 1975, p. 244,) Filgueiras proclama a favor da independência:

“Maranhenses! A honra e o interesse do Brasil, e os vossos interesses nos trouxeram à vossa província; Viemos sim quebrar os ferros que o despotismo pretende ainda agora rebater nos vossos pulsos!... A glória do Brasil, é certo, dà de rosto à glória de Portuga, porque este não pode conservar o antigo esplendor, sem que o Brasil se exaure para o sustentar na indolência e no luxo... Maranhenses, entrai no número dos povos livres... é tempo de tornardes ao grêmio da grande família, de que sois membros, e de que debalde pretendem separar-vos.”

Os combates em Caxias se realizaram durante os dias 17, 18 e 19 de julho e no dia 28 se iniciam as negociações com a capitulação das tropas de Fidié no dia 31 de julho de 1823.

Interessante verificar a versão de Fidié sobre a capitulação no Maranhão:

“...tirando do campo do inimigo, à ponta da baioneta, os víveres precisos para sustentar a minha tropa, cheia de fadiga, e reduzida às circunstâncias mais penosas... até que, certo de que não podia ser socorrido e não sendo possível fazer mais nada honroso, capitulei com os meus, em pleno conselho... e não com os inimigos, que contavam com nove mil homens... e cujos chefes nunca reconheci, não tendo eu já nesta ocasião os setecentos homens, maior parte da milícia com que defendi e sustentei aquela posição por três meses e meio [...] Preferi antes sofrer tudo isso do que aderir à causa do Brasil [...]”(Rodrigues, 1975, p. 216)

Lord Cochrane também teve a sua participação na guerra do Maranhão de forma a contribuir para a capitulação dos portugueses. Na capitulação de São Luís, segundo Laurentino Gomes (2010, p. 182), Cochrane utilizou toda a sua astúcia:

“Ao se aproximar de São Luís, hasteou a bandeira britânica, em vez das cores brasileiras. Os militares que vigiavam o porto acreditaram tratar-se de um navio inglês, neutro no conflito, e enviaram ao seu encontro o brigue D. Miguel com mensagens de boas-vindas. Ao subir a bordo, porém, o oficial encarregado de entregar os papéis se deu conta que estava em um navio brasileiro. Foi imediatamente preso, mas Cochrane decidiu libertá-lo com a condição de que levasse uma carta ao governador das armas, Agostinho de Farias, na qual exigia a capitulação da cidade. No dia seguinte, 28 de julho, a junta do governo, já ciente da aproximação do exército brasileiro, pelo interior, anunciou a adesão da província ao império do Brasil.”

### 3.4 A GUERRA NO PARÁ

A província do Pará também não aderiu à causa brasileira. “Ainda em julho de 1822 ela escrevia a D. Pedro, declarando que não reconhecia [...] outro centro do poder legislativo e executivo que não fosse as Cortes de Lisboa [...]” (Rodrigues, 1975, p.250).



Os responsáveis por dar início a propaganda da independência, no Pará, através do jornal *O Paraense*, foram Felipe Alberto Patroni e o cônego João Batista Gonçalves Campos que foram presos devido às críticas que faziam à junta do governo da província.

Aos 28 de maio, na Ilha de Marajó, se proclamou, pela primeira vez no Pará, a Independência do Brasil. As notícias de adesão à independência de outras províncias chegavam ao Pará, tais como a vitória brasileira no Maranhão.

Em 11 de agosto de 1823, outro mercenário pertencente à esquadra brasileira de Lord Cochrane, John Greenfell, em sua brigada de guerra, leva a notícia à Junta do governo de que as tropas portuguesas já haviam se retirado da Bahia e que outras províncias, tais como o Maranhão, também haviam aderido à Independência, ou seja, Greenfell tentava intimidar o Brigadeiro José Maria de Moura, comandante das forças portuguesas no Pará. A pressão exercida por Greenfell, e a suposta presença da esquadra de Cochrane, que na verdade não existia, surtiu efeito e a Junta do Governo decidiu não mais resistir. Incapaz de manter a província sob domínio dos portugueses, o Brigadeiro José Maria de Moura foi preso.

O Pará foi a primeira província a aderir à causa portuguesa e a última a ceder à Independência do Brasil.

### 3.5 GUERRA NA CISPLATINA

A antiga Colônia do Sacramento foi anexada ao Brasil logo após a chegada da família real, em 1808, e a partir da independência do Brasil recebeu o nome de província Cisplatina.

O que desencadeou a guerra na Cisplatina foi uma divergência das autoridades portuguesas em relação ao envio das tropas, presentes na província Cisplatina, para coibir os focos da independência em outras províncias. Havia um grande questionamento por parte dos portugueses em manterem um efetivo tão grande (aproximadamente 8.000 homens) na província Cisplatina. Dizia o deputado Inocêncio Antônio de Miranda:

“[...] é muito singular que se queiram ocultar as circunstâncias do Rio de Janeiro! Ignora-se que ele já publicou a sua independência? Certamente não. E, então, quando no Rio de Janeiro se estão dilatando as molas da independência, havemos de estar a

ocupar tropas nacionais em outra parte? Não. Elas devem vir sufocar ali o gérmen da discórdia. O governo deverá fazer desembarcar aquelas tropas em Santa Catarina ou no Rio, e oxalá que ele já o tivera feito!... Quando vemos tudo em desordem, havemos de abandonar à sua sorte os desgraçados negociantes que ali se acham a ponto de serem vítimas da independência? Não pode ser.” (Rodrigues, 1975, p. 190)

Parte das tropas presentes na Cisplatina não era portuguesa, mas sim de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O Comandante dessas tropas era o Brigadeiro Carlos Frederico Lecór, que não concordava com o envio de tropas para as demais províncias. Em janeiro de 1823, Lecór bloqueou a cidade de Montevidéu, para que as tropas portuguesas, comandadas pelo general D. Álvaro da Costa não pudessem sair da Cisplatina. O bloqueio se deu durante todo o ano de 1823 e D. Álvaro não conseguiu furar o bloqueio realizado pela divisão naval brasileira, iniciando-se, assim, as negociações para a capitulação, que viriam a ocorrer no dia 24 de outubro. No dia 18 de novembro D. Álvaro e sua tropa embarcam rumo a Portugal.

Apesar de não ter sido diretamente uma guerra pela independência do Brasil, a guerra da Cisplatina contribuiu sobremaneira para a consolidação deste processo, uma vez que não permitiu que as tropas portuguesas da província Cisplatina reforçassem as tropas de outras províncias que necessitavam de ajuda para combater os brasileiros a favor da independência.

### 3.6 AS CONSEQUÊNCIAS DAS GUERRAS

De acordo com Laurentino Gomes (2010, p.163)

“A guerra da independência foi longa e desgastante. Durou 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro do ano seguinte. Nesse período, milhares de pessoas perderam a vida [...]. O número de combatentes foi maior do que as guerras de libertação da América espanhola na mesma época. Só na Bahia mais de 16.000 brasileiros e aproximadamente 5.000 portugueses trocaram tiros durante um ano e quatro meses. [...] No Piauí, entre duzentos e quatrocentos brasileiros tombaram em cinco horas de combate na trágica e simbólica Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823. Na Bahia, duzentas a trezentas pessoas morreram nas ruas de Salvador entre os dias 18 e 21 de fevereiro do 1822, mas curiosamente não se sabe o número de vítimas na maior de todas as batalhas, a do Pirajá, travada nos arredores da cidade no dia 8 de novembro do mesmo ano. Nesse caso existem apenas vagas referências às mortes de ‘mais de duzentos inimigos’ – ou seja, portugueses. Outros quinhentos lusitanos teriam morrido em um ataque à ilha de Itaparica em janeiro de 1823 [...]. A soma desses números imprecisos com informações ainda mais vagas sobre enfrentamentos em outras regiões torna razoável supor que a Guerra da Independência

brasileira custou entre 2.000 e 3.000 vítimas. É uma cifra relativamente baixa quando comparada aos 25.000 mortos da guerra de independência dos Estados Unidos, de 1775 a 1783. *Ainda assim seria precipitado e simplista afirmar que a separação de Portugal resultou de um processo pacífico e negociado entre a colônia e sua antiga metrópole*” (grifo nosso).

Podemos observar, através da citação acima, que a independência não foi pacífica, conforme o consenso historiográfico mencionado anteriormente, e se deu através de guerras com números bastante relevantes.

Observações interessantes e importantes a respeito dos custos com a guerra, apenas na Bahia, faz Rodrigues (1975, p. 226):

“Os gastos com a guerra na Bahia podem avaliar-se, observando que a dívida pública do Brasil em junho de 1822, segundo o relatório do Marquês de Baependi, era de 10.176:580\$000 réis, e em junho do ano seguinte atingia a 12.156:145\$000, isto é, havia-se gasto na guerra 1.979:656\$000, quantia avultadíssima para a época e despendida com enormes sacrifícios para o país. [...] O cálculo das despesas feitas com as tropas de Portugal enviadas à província da Bahia, desde 7 de setembro de 1821 a julho de 1822, [...] atingia 324:374\$489.”

Consequentemente menciona a crise financeira provocada pelas lutas da independência (Rodrigues, 1975, p. 274):

“Temos, assim, três consequências econômicas-financeiras da guerra da independência. Primeira, a extinção do Banco do Brasil, pela lei de 23 de setembro de 1829, pois já em 1826 os auxílios do banco chegaram a 11.758:801\$676 réis, segunda, o início da carreira dos empréstimos externos nocivos que subjugaram o Brasil ao predomínio britânico; terceira, havia o Brasil criado uma força armada superior aos seus recursos financeiros.”

Cabe ressaltar que também houve gastos com a repressão à Confederação do Equador, mas essa revolta não foi abordada neste trabalho, tendo em vista que não foi uma guerra pela independência e sim um movimento separatista provocado pelo fechamento da Assembleia Constituinte protagonizado por D. Pedro, já em 1824. Porém, certamente, seus gastos estão inclusos nos cálculos anteriores.

Outra grave consequência da Independência foi a indenização que o Brasil foi obrigado a pagar a Portugal, na quantia de dois milhões de libras esterlinas, devido aos empréstimos que Portugal havia feito junto a Inglaterra, o que contribuiu ainda mais para o endividamento nacional.

Enfim, as consequências mencionadas revelam que houve guerras pela liberdade do Brasil, que as mesmas foram dispendiosas para a nova nação

independente, mas que apesar disso, o Brasil conseguiu manter a sua integridade territorial tornando-se um império soberano.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto ao problema proposto no início deste trabalho, conclui-se que o processo de Independência do Brasil se deu através de lutas armadas em diversas províncias brasileiras, com grande número de pessoas envolvidas, grande número de vítimas, e um alto custo, o que evidencia a grande dificuldade que a nova nação brasileira teve para a consolidação da sua emancipação. Sendo assim, é possível afirmar que o processo de independência sem luta armada é um mito, pois muitos brasileiros tombaram em prol da Independência do Brasil.

O estudo da bibliografia utilizada possibilitou descrever diversos fatos históricos que possibilitaram o entendimento da situação em que o Brasil se encontrava e das guerras enfrentadas pelos brasileiros que tiveram como objetivo livrar o Brasil da dependência Portuguesa, o que vem a corroborar com a desmistificação da independência sem luta armada.

Dessa forma, conclui-se que o consenso historiográfico mencionado no início do trabalho, de que a independência brasileira teria sido fácil, incruenta, até um acordo entre D. João e D. Pedro, não é o que foi demonstrado no trabalho, e sim um processo doloroso, demorado, com um grande número de vítimas de ambos os lados, com consequências importantes para ambos, tais como a perda da principal colônia portuguesa e a manutenção da integridade territorial brasileira, entre outras, enfim, a Independência do Brasil foi conquistada, principalmente, através da luta armada e da bravura de seu povo.

## REFERÊNCIAS

FAUSTO, Boris. **História do Brasil/ Boris Fausto** – 12 ed, 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar no Brasil, um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os Mercenários do Imperador**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra revolução**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977.

